



Audiência Pública contra o corte de orçamento no Metrô

Hoje, 26/11, 14h

no Plenário Dom Pedro I da Assembleia Legislativa para denunciar corte de recursos e a privatização do metrô

PARTICIPE!



Realização do gabinete do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL), com apoio das lideranças do PCdoB e PT, do PSTU e do Sindicato dos Metroviários de SP

Os moradores de São Paulo precisam urgentemente de mais metrô. Ele transporta diariamente 5 milhões de usuários por dia e, para atender essa demanda, se faz necessário investimento contínuo na ampliação da malha e na segurança do sistema e também contratação de mais dos funcionários. Estas necessidades são ignoradas pelos sucessivos governos do Estado. A

situação pode ficar pior, já que o próprio governo enviou um Projeto de Lei (PL) à Assembleia Legislativa prevendo redução de 9,86% nos recursos para 2019. O PL também prevê corte de 8,88% nos recursos para a CPTM.

Como pode o governo cortar investimento quando temos as obras da Linha 6 paralisadas?

O governo, ao invés de atender as necessidades da

população, quer cortar investimentos para a ampliação da rede metroferroviária. O transporte público, no entanto, é usado com frequência para fins eleitorais.

Em seus últimos momentos no comando do governo paulista antes de sair candidato à presidência da República, Geraldo Alckmin (PSDB) inaugurou às pressas dez estações de metrô e trem. Em 74 dias de um ano eleito-

ral, ele inaugurou mais estações do que nos últimos seis anos.

Passadas as eleições, vem a iniciativa de cortar investimentos, que favorece a continuidade do processo de privatização do metrô. A entrega de mais linhas aos grandes empresários poderá aumentar ainda mais a tarifa, a superlotação e as falhas nos trens e equipamentos das estações, já que eles visam apenas os lucros.

Contra o fim do Ministério do Trabalho



Funcionários do Ministério do Trabalho protestam em frente ao edifício contra a extinção da pasta

O presidente eleito declarou que pretende acabar com o Ministério do Trabalho.

A proposta é muito ruim para os trabalhadores. Uma das funções do Ministério é fiscalizar os patrões. Sem ele, os empresários vão ficar à vontade para fazerem o que bem

entenderem, não cumprindo a legislação trabalhista.

Com a extinção do Ministério, a precarização do trabalho aumentará no País. Se com um órgão fiscalizador na ativa a luta já é grande contra as arbitrariedades, sem essa instituição a situação ficará pior.

Também são tarefas do Ministério, entre outras, elaborar políticas de formação e desenvolvimento profissional, fiscalizar as normas de segurança nas empresas e o trabalho análogo ao escravo. O fim do Ministério só é bom para os patrões.